

EDITORIAL

A RESPGE vem se fortalecendo a cada edição, justamente por proporcionar o compartilhamento da visão acadêmica sobre o Poder Público com a perspectiva de atores que são desafiados a encontrarem soluções jurídicas para problemas concretos relevantes. Reproduzem a tônica dos *Cursos de Especialização da Escola Superior*, que visam a despertar a revisão crítica de conceitos doutrinários e a apreensão da realidade a partir da visão do Poder Executivo, mas sempre com diálogo com as perspectivas dos Poderes Legislativo e Judiciário, dos órgãos de controle e da sociedade.

A edição de 2020 é composta por artigos selecionados por rigoroso processo de seleção duplo-cego, com a seriedade de uma equipe constituída exclusivamente por professores com título de doutor. Cumprindo a proposta da linha editorial estabelecida, foram escolhidos artigos que abordam problemas relevantes a serem enfrentados pela Administração de forma propositiva, ou seja, apresentam soluções hermenêuticas bem-fundamentadas ou compartilham experiências práticas de políticas públicas que sedimentam projetos construtivos, sempre com o fim de reafirmar a importância da função de o Poder Público zelar pela garantia da dignidade dos cidadãos, respeitar os direitos fundamentais e princípios democráticos na solução dos dilemas jurídicos a serem enfrentados diariamente.

A organização dos artigos desta edição procura oferecer ao leitor a visão de temas relevantes do Estado contemporâneo, encontrando-se alicerçados em três grandes recortes: **(i)** Direito Constitucional e Teoria Geral do Estado; **(ii)** Políticas Públicas e Direitos Fundamentais; e **(iii)** Direito Administrativo.

(i) No âmbito do *Direito Constitucional* e da *Teoria Geral do Estado* destacamos como temas centrais os percalços a serem aprimorados pelo sistema federalista brasileiro e a necessidade de otimizar as medidas contra a corrupção.

Com base na análise dos programas de acordo de leniência nos casos de atos de improbidade, *Antônio Carlos Meirelles Reis Filho* destrincha a complexa interpretação da legislação de ações anticorrupção.

A sustentabilidade da estrutura federativa do Brasil assente na questão fiscal da distribuição de recursos entre os entes da federação foi esmiuçada por *Eduardo Carlos de Magalhães Betito*, com enfoque multidisciplinar e fundada em dados empíricos de várias categorias, como geografia e população, índices de desenvolvimento humano, Resultado Primário e Receita Corrente Líquida (RCL) segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, arrecadação própria e ICMS, transferências governamentais e o Fundo de Participação dos Estados (FPE), além de questões formais como prescrição.

O debate sobre o tema da distribuição territorial do poder na Federação é enriquecido pela análise comparativa entre o modelo brasileiro e o espanhol, que guardam similaridades relevantes. *Silvio Mattoso Gonçalves de Oliveira* apresenta a

preocupação com a preservação do pacto da unidade territorial, com respeito às diversidades regionais, e do sistema democrático.

(ii) No campo das *Políticas Públicas e Direitos Fundamentais* destaque para a avaliação crítica das políticas públicas (*policy-making*) nas áreas da pessoa com deficiência e da população carcerária.

Ana Carolina Ferreira de Souza apresenta um tema moderno e essencial para a garantia dos direitos da pessoa com deficiência de ir e vir, de forma autônoma e digna, por meio do uso do serviço público de moda inclusiva, a partir do relato da experiência do Programa Moda Inclusiva do Estado de São Paulo.

Os desafios da governança dos sistemas prisionais, importante aspecto relacionado aos direitos fundamentais, são relatados por *Anayely Mandujano Montoya*, a partir da experiência internacional dos centros mexicanos de reinserção social, que traz um panorama elucidativo sobre a gestão da crise carcerária e encontra muitos pontos comuns com a realidade brasileira, de modo a colaborar ativamente para aprimoramento de ações direcionadas à efetiva reinserção social, trazendo benefícios a todas as pessoas que cumprem penas privativas de liberdade, suas famílias e a sociedade.

A crise do sistema carcerário é o tema abordado por *Luciana Ohland* ao relatar a experiência brasileira realizada no estado do Rio Grande do Sul. A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), como política pública eficaz e substitutiva ao modelo defasado e superado de prisão, oferece como alternativa aos assistidos o auxílio material, jurídico, educativo, além de estimular atividades laborais ao recuperando, visando ao seu retorno social.

(iii) Na esfera do *Direito Administrativo* foram enfatizados temas relevantes vinculados à área do Direito de Pessoal e das complexas questões que surgem no decorrer da execução dos contratos e dos processos administrativos. Ainda há a instigante reflexão sobre o papel do advogado público e da Administração diante das inovações tecnológicas.

Amanda Cristina Viselli analisou a evolução jurisprudencial nos tribunais superiores sobre o direito à nomeação do candidato aprovado em concurso público, tema com grande dissensão interpretativa sob a ótica da segurança jurídica, que impacta diretamente na composição da estrutura de recursos humanos dos entes da federação.

Os desafios atuais da advocacia pública no cumprimento de seu papel constitucional diante das inovações tecnológicas foi o tema desenvolvido por *Diego Nogueira Kaur*, considerando o panorama da necessidade de gestão e planejamento eficientes, de modo a absorver sistemas adotados na iniciativa privada e, assim, solucionar conflitos para compor a boa administração a favor da construção da consensualidade administrativa.

A questão da competência e autonomia dos entes federativos na seara da concessão dos serviços públicos foi abordada por *Graziella Moliterni Benvenuti*, com enfoque nos limites formais da necessidade ou não de prévia autorização legislativa, a

partir dos primados da ausência de exigência constitucional, o princípio federativo, a separação de poderes e o princípio da legalidade, tendo como referência o Programa Nacional de Desestatização e o Programa de Parceiras de Investimentos, assim como, a experiência paulista a partir do Programa Estadual de Desestatização e do Programa de Parcerias Público-Privadas.

Kristian Rodrigo Pscheidt apontou a importância de se analisar a aplicação do instituto da prescrição intercorrente prevista na esfera federal, no âmbito dos estados e municípios, visando, assim, a garantir a duração razoável do processo e a sua efetividade na esfera do processo administrativo.

O limite da responsabilidade do agente público do registro público mercantil e atividades afins é tratado de forma crítica por *Leandro Américo Braz*, a partir da constatação de decisões judiciais que fixam condenações por danos morais e de responsabilidade fiscal.

O tema dos contratos administrativos é analisado por *Patrícia Leguiça Corrêa*, com a intenção de fixar diretrizes sobre como obter o completo reequilíbrio econômico-financeiro, tema relevante para controle das contas públicas, em especial, no desafio de dimensionar os riscos contratuais.

Tatiane Ribeiro Melo alerta para a necessidade de se verificar as consequências das medidas de reestruturação de planos de cargos, carreiras e remuneração do quadro de pessoal do serviço público, diante da delicada questão do advento de lei que reverte as regras constitucionais das formas de ingresso no serviço público, com enfoque na transposição de cargos públicos.

A intensa atuação jurídica do Poder Público torna relevante a análise feita por *Victor Fava Arruda* sobre os precatórios e requisições de pequeno valor, em especial, uma análise crítica sobre a possibilidade de fracionamento das verbas honorárias sucumbenciais, considerando seu caráter autônomo, de modo a respeitar a regra constitucional original da supremacia do interesse público e da igualdade, bem como a premissa da ordem cronológica dos precatórios.

Espero que essa rica seleção de artigos ajude na solução dos problemas a serem enfrentados pelos operadores do direito e estimule a compreensão e o aperfeiçoamento da estrutura operacional do Poder Público.

Agradeço imensamente a toda a equipe do Centro de Estudos e Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado pelo apoio e confiança, o que nos fez superar todos os contratemplos deste momento tão adverso da emergência em saúde pública causada pela covid-19. Parabenizo os autores pela excelência dos artigos e desejo uma trajetória de muito sucesso acadêmico. Aos nossos leitores, com carinho e admiração, espero que a leitura seja estimulante para a solução das atividades práticas e acadêmicas.

Patrícia Ulson Pizarro Werner
Procuradora do Estado

